

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização:

Neuza M. F. Guareschi | Carolina dos Reis | Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA

Produção de Conhecimento: profanações do método na pesquisa

Organização

Neuza M. F. Guareschi
Carolina dos Reis
Oriana H. Hadler



ABRAPSO EDITORA
Porto Alegre
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Produção de conhecimento [livro eletrônico] :
profanações do método na pesquisa / organização
Neuza M. F. Guareschi , Carolina dos Reis ,
Oriana H. Hadler. -- 1. ed. -- Florianópolis,
SC : ABRAPSO Editora, 2020.
PDF

ISBN 978-65-88473-04-7

1. Conhecimento 2. Informação 3. Metodologia 4.
Pesquisa científica 5. Psicologia I. Guareschi, Neuza
M. F. II. Reis, Carolina dos. III. Hadler, Oriana H.

20-52329

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa científica 001.42

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Arte da capa: Laura Schaefer. Escada, 2015.

Diagramação: Martina Hotzel

1

Políticas cognitivas e a ética da diplomacia

Carlos Baum

Cleci Maraschin

Este capítulo articula uma ética da diplomacia (BAUM *et al.*, 2014) com a discussão sobre políticas cognitivas (BAUM, 2017; GAVILLON, BAUM, MARASCHIN, 2017) como elementos para a produção de métodos de pesquisa, em especial, daqueles que se voltam para as discussões interdisciplinares. O campo das ciências cognitivas se oferece à discussão sobre interdisciplinaridade de forma premente, uma vez que, desde sua formação, articulou diferentes disciplinas, e, no contemporâneo, a participação das explicações neurocientíficas se ampliam, ao mesmo tempo em que carregam a tradição da discussão intercientífica desde sua origem (BAUM, 2016).

A noção de metodologia não é tomada neste texto como a delimitação de um conjunto de procedimentos. O que propomos é tratar a diplomacia como um modo de questionamento, ou o que Latour (2013) chamou recentemente de preposição – uma posição que precisa ser tomada antes que qualquer proposição possa ser colocada, assim determinando como as proposições devem ser encaradas e constituindo uma chave interpretativa na composição de um método. Não se trata de afirmar uma origem, uma fundação ou

princípio para a composição de um método; ao longo do capítulo, a função da diplomacia está mais próxima da clave musical, que, ao assinalar o tom, demarca um modo de engajamento com a partitura, sem ser capaz de determinar o que será lido. Colocar a diplomacia como tonalidade de um método significa atentar àquilo que interessa ao outro e, ao mesmo tempo, tornar-se sensível ao escândalo que a falta de cuidado de um coletivo com um outro pode causar. Como veremos a seguir, endereçar um coletivo diplomaticamente implica encontrar um método adequado para nomear aquilo que esse coletivo respeita e/ou considera importante.

Voltemos nossa discussão para o campo das ciências cognitivas, que se configuraram a partir da associação de disciplinas (compreendidas nesse contexto como distintos coletivos), entre elas, a psicologia, a inteligência artificial, a filosofia, a antropologia e as neurociências, cada uma com suas obrigações e restrições, em torno do estudo da mente. Quando examinamos os movimentos contemporâneos dessas ciências, percebemos uma grande presença e popularização das neurociências. O prefixo *neuro-* multiplica-se entre as mais variadas disciplinas, reforçando a importância e a legitimação que a associação com o conhecimento do cérebro pode trazer.

A conexão imediata que a produção de imagens do cérebro parece estabelecer entre a mente e o pesquisador conduz gradualmente a uma prevalência da pesquisa neurocientífica sobre objetos tipicamente psicológicos, o que, por sua vez, tem estimulado o debate sobre as relações – atuais e futuras – entre psicologia e neurociências. No horizonte mais radical desse debate, encontramos a possibilidade de localizar todo o conhecimento psicológico no corpo, ou melhor, no cérebro, tornando a psicologia obsoleta e desnecessária. A premissa que pauta o debate entre psicologia e neurociências nessa perspectiva é que a mente reside no cérebro e que, portanto, o investimento nas ciências neurais equivale ao esforço por encontrar as bases da “alma” em um estrato concreto, palpável e real em que se possa erigir a verdade da mente. O que essa pauta propõe é o desaparecimento das

fronteiras entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas; contudo, esse desaparecimento dá-se pela assimilação de todos os objetos das Ciências Humanas pelas Ciências Naturais. Qualquer verdade que a linguística ou a psicologia, por exemplo, poderiam produzir estaria, então, submetida às explicações das neurociências.

Encontramos no termo *Política Cognitiva* – apresentado por Kastrup (1999) ao final de *A invenção de si e do mundo* – a oportunidade de um deslocamento do interesse no funcionamento e na estrutura da cognição para as práticas concretas que a configuram e lhe dão forma. Adotamos esse termo como modo de referir e comparar agenciamentos específicos de sujeitos, técnicas, instrumentos e instituições que performam a mente. Isso significa compreender que essas diferenças contribuem para distintos modos de existência da cognição. Se assumirmos que nenhuma demarcação transcendental pode ser estabelecida e que, portanto, todos esses modos de existência são válidos, o que nos resta é a possibilidade de discutir sobre os termos dessa coexistência. Recorremos ao termo *política* para enfatizar a necessidade de uma discussão sobre como as distintas versões da cognição podem agir conjuntamente sem descartar ou ignorar umas às outras.

Destacando o modo como nossas práticas configuram nossa cognição de múltiplas formas, abordamos essa diversidade de versões para discutir e refletir sobre ela, ou seja: como relacionamos várias versões do mesmo processo cognitivo? E como podemos discutir suas diferenças? Historicamente, a pluralidade de métodos e abordagens nas ciências cognitivas produz distintas preposições: aqueles que favorecem uma proliferação de versões teóricas e empíricas e aqueles que buscam ativamente a síntese e integração de explicações. O conceito de políticas cognitivas – colocado a partir de uma preposição diplomática – leva-nos a explorar a diversidade de abordagens da cognição e, ao mesmo tempo, a evitar a integração (a unificação de múltiplas versões em uma única teoria, ou em um único quadro) e a fragmentação, que levaria o relativismo ao seu limite e assumiria

que cada ciência cognitiva é isolada e sem possibilidade de comunicação umas com as outras, deixando-nos, no final, sem capacidade de compreender e avaliar suas diferenças. Essa concepção reforça a necessidade de tornar claros o processo e os critérios de comparação, o que chamamos anteriormente de preposição, para enfatizar os fatores, os níveis de análise e as questões que chamam nossa atenção, isto é, o que nos importa ou nos interessa.

Para tal, inspiramo-nos na imagem de um interposto diplomático (*diplomatic middle-ground*), proposto por Latour (2016, 2017): durante o processo de colonização da América do Norte, os invasores perceberam que não seria possível simplesmente assimilar as poderosas nações nativas, de modo que, por mais de um século, foi necessário construir uma série de pontos de encontro diplomáticos precários. Nesses pontos, os envolvidos perceberam que tudo precisava ser renegociado, das regras mais básicas aos gestos necessários para expressar intenções pacíficas, passando pela oferta de presentes, trocas de prisioneiros e partilha da tributação. Na forma descrita pelos brancos, cada interposto era uma oportunidade para reinventar todo o conhecimento sobre o outro, já que nada poderia ser dado por certo – ao menos enquanto as forças de ambos os lados permanecessem comparáveis. Com o tempo, as nações originárias foram dizimadas, os interpostos foram ocupados, e elas tiveram que se contentar com reservas, com tornar-se o “outro”, aquele que é exótico para o “civilizado”.

Esse exemplo é pertinente por explicitar dois modos de produzir encontros com o outro: um epistemológico, e outro diplomático. No modo epistemológico, não importa o quanto você compreende melhor seu coletivo (ou disciplina) graças ao contraste com o outro, nenhuma surpresa nesse encontro pode ameaçar os princípios ou a abordagem que o levaram à mesa de negociação. Na situação diplomática, esse não é o caso; aquilo a que você se apegava, incluindo sua disciplina ou mesmo sua concepção de ciência, está em risco. Enquanto a epistemologia busca colocá-lo em um terreno firme a partir da derrota do outro, a diplomacia arrasta-o para uma areia movediça.

Dividimos este capítulo em duas partes. Na seção 2, elaboramos a analogia do interposto diplomático proposta por Latour, desdobrando as diferenças entre uma preposição epistemológica e uma preposição diplomática. Apresentamos a redução metacientífica conforme descrita por John Bickle (2008, 2012) como uma forma de compreender a posição epistemológica, em contraste com uma posição diplomática. Nas palavras de Bickle: “um reducionismo metacientífico derivado de suas práticas deve pôr fim à farta preocupação de que o reducionismo descarta ciências de nível superior.” (2012, p. 104, tradução nossa). Como veremos, Bickle supõe que é necessária uma abordagem plural da cognição, mas o objetivo final é desenvolver o menor nível de explicação possível. Mais adiante, propomos uma maneira diplomática de explorar as ciências cognitivas a partir da abordagem de políticas cognitivas por meio de três operações: 1) assumindo o termo *política* e suas implicações; 2) estendendo essa reflexão sobre outros atores, como instrumentos, sujeitos e modos de representação; e 3) trazendo outras práticas cognitivas além da psicologia, especialmente as neurociências, mediante uma relação diplomática. Por fim, com as políticas cognitivas em uma chave diplomática, queremos propor uma maneira de entender as relações em que a preocupação com múltiplos objetivos é considerada e a discussão e o confronto são mais relevantes do que consenso – o consenso em si não sendo um objetivo.

Da redução epistemológica à multiplicidade diplomática

Ao considerarmos a literatura a respeito da relação intercientífica nas ciências cognitivas, percebemos que filósofos e cientistas abordam essa questão principalmente em termos de redução de teorias de nível superior a teorias de nível inferior (FAUCHER, 2012; NAGEL, 1961). No contemporâneo, um dos principais defensores do reducionismo científico é a instância filosófica que John Bickle (2008, 2012) chama “Redução Metacientífica”. Em vez de apelar para a estrutura e/ou relação entre as teorias, Bickle defende uma filosofia “de baixo para cima”

que tenta compreender a redução como emergente da prática científica. Ele propõe que deixemos de lado os pressupostos epistemológicos ou metafísicos e voltemos nossa atenção para a maneira como a redução é concebida na prática científica real.

Assim, para entender e avaliar a redução mente-cérebro, a estratégia de Bickle é selecionar um campo de investigação “reducionista” por excelência, que os cientistas, tanto de dentro quanto de fora dessa prática específica, caracterizam como reducionista, e então comparar sua prática com a de outros campos científicos que investigam fenômenos relacionados menos “reducionistamente”. Seu exemplo paradigmático é a Cognição Molecular e Celular (CMC), um campo da neurobiologia que se concentra em estudar como processos moleculares, intracelulares e intercelulares modulam a cognição. Como Bickle (2008) aponta, o campo em si é “brutalmente reducionista”, estabelecendo relações causais entre moléculas, como proteínas responsáveis por atividades em células nervosas, e fenômenos cognitivos, como a percepção e a aquisição de memória de longo prazo. Então, o que significa redução em um campo no qual o principal objetivo é a redução da via mental para a via molecular? Quais são as práticas específicas e abordagens experimentais que distinguem a CMC de campos menos reducionistas?

Bickle descreve quatro operações existentes como um tipo de experimento ou análise de resultados na CMC que caracterizam a “redução real”: manipulação (1) positiva ou (2) negativa da causa ou mecanismo, isto é, manipulações experimentais que (1) aumentam ou (2) diminuem a probabilidade, extensão ou duração de uma causa e medem a probabilidade, a extensão ou a duração de um efeito hipotético; (3) medidas de correlação sem intervenção, ou seja, experimentos que medem a correlação de ocorrências de elemento ou mecanismo causal e efeito hipotetizados sem manipulações experimentais; (4) integração, o exame dos resultados de uma série de experimentos sobre o mecanismo e o efeito, e sobre os fenômenos relacionados a ambos, dos tipos (1),

(2) e/ou (3), para inferir as estruturas causais entre os fenômenos estudados nesses experimentos.

Ao explicitar essas operações, o autor produz um entendimento de redução que não é uma relação entre teorias, pois não requer um conjunto explícito ou completo de leis ou declarações explicativas que caracterizem a redução ou elementos reduzidos em todas as circunstâncias e contextos. “Redução real” não é uma relação lógica passo a passo entre declarações e leis, mas a operacionalização metodológica em termos de medição em protocolos de comportamento específicos para fins de experimentos controlados. Em outras palavras, ao invés de derivações lógicas ou da generalização de explicações, a prática neurocientífica “genuinamente” reducionista é uma questão de intervir de modo causal e diretamente em processos hipotéticos em níveis cada vez mais baixos de organização biológica (celular, intracelular molecular, genética molecular) e rastrear os efeitos dessas manipulações no comportamento de organismos vivos, utilizando-se de medidas preestabelecidas como indicativos do fenômeno cognitivo investigado. Nessa perspectiva, uma redução acontece quando essas manipulações produzem alterações negativas ou positivas (operações 1 e 2 acima), evidenciando a relação da molécula ou do mecanismo hipotético com comportamentos que servem como fenômenos cognitivos.

Embora Bickle insista que sua análise é puramente uma descrição assertiva de como a redução opera na prática científica, sem oferecer qualquer metafísica ou epistemologia normativa, ele cria uma imagem da ciência na qual os fenômenos psicológicos são explicados a partir do nível molecular, ignorando quaisquer níveis intermediários. Sendo assim, o autor afirma que é possível explicar todas as propriedades da percepção ou da memória em uma linguagem molecular, sem ter que explicá-las em termos de relações neuronais ou processamento de informação. Nesse quadro, todo o trabalho explicativo “real” será feito no nível molecular, e os outros níveis (cérebro, comportamento, sociedade, etc.) devem ser considerados heurísticos ou conhecimentos básicos para orientar descobertas ou explicações de nível inferior.

Uma vez que essas explicações foram encontradas, não há nada (de valor) a ser explicado por outras teorias – elas se tornaram “explicativamente inertes” (FAUCHER, 2012). As análises comportamentais só valem o esforço na medida em que proporcionam probabilidade, extensão ou duração para a correlação dos mecanismos moleculares ou para estabelecer a plausibilidade teórica de um mecanismo molecular proposto em um fenômeno psicológico. Com isso, mensurar a cognição só é útil até onde fornece indicadores para os fenômenos cognitivos investigados. A decomposição padrão e investigações de localização da neurociência cognitiva são cruciais, mas apenas como uma forma que permite saber onde no cérebro inserir as intervenções celulares e moleculares.

Bickle assegura que mesmo a mais brutal das reduções exige uma forma de pluralismo, uma multiplicidade de abordagens para ser possível, mas o que seu trabalho sugere implicitamente é que o acúmulo de conhecimento sobre a mente leva necessariamente a um consenso entre os interessados. Retomando a imagem dos interpostos diplomáticos de Latour, o que Bickle estabelece como horizonte é a colonização. Uma vez que o conhecimento neuromolecular é encontrado, ele pode retirar-se da mesa de negociação, levando consigo toda verdade possível. O autor descreve essa prática sem tomar cuidado com o coletivo com o qual está em contato, e sua versão dirige-se àquilo que chamamos no cotidiano de “público cativo” – que sabe que, se recusar-se a ser cativado, se objetar, será colocado em seu lugar e lembrado de sua ignorância.

Gostaríamos, ao contrário, de apresentarmo-nos nesse mesmo interposto por meio de outra premissa, a de sermos capazes de falar de modo adequado a respeito de algo que realmente importa para outro coletivo (LATOURE, 2016). Isso de forma que, ao colocarmos nossas questões de pesquisa, não seja suficiente saber quais são as proposições do outro, mas aprender – pelo contato e pelos modos de apresentação das proposições – quais são suas demandas, a maneira como se envolve e é atraído para a negociação. Essa, contudo, não é

uma posição neutra; o diplomata é também um emissário, de modo que representa também um coletivo. Cabe-lhe testar e questionar as propostas apresentadas, considerando suas implicações e consequências, mas ele necessita também apresentar uma versão de suas práticas que seja reconhecida por seus pares, que não coloque em risco aquilo que esses pares consideram importante e relevante (STENGER, 2016).

Não é incomum produzirmos metodologias que desconsiderem aqueles com quem precisamos dialogar para levar a cabo uma pesquisa, colocando-os à margem. Pensemos, por exemplo, na relação entre o peão de uma fazenda, que conhece as necessidades e cuida de um rebanho, e o veterinário que vai até a fazenda observar os animais “objetivamente”; ou entre a cuidadora de um paciente e o psiquiatra capaz de diagnosticá-lo; ou ainda, entre o pequeno agricultor e os engenheiros de uma agronomia cada vez mais fluida, automatizada e agrotóxica. Os primeiros constantemente têm suas práticas mal descritas ou apresentadas de modo pejorativo, sem a capacidade de negociar uma narrativa que lhes satisfaça; já os segundos muitas vezes estão inseridos em uma ciência capitalista que vê na medicalização ou no uso de agrotóxicos a verdadeira forma de responder às questões colocadas.

O que queremos propor com uma ética diplomática é o desenvolvimento de procedimentos de pesquisa que permitam “interpostos” de negociação entre diferentes coletivos, seja entre psicologia e neuropsiquiatria, cuidadores(as) e psiquiatria, ou agricultores e engenheiros; um espaço em que seja relevante ouvir as proposições de ambos os lados e suas respectivas respostas, sabendo que cada lado se apresenta e descreve suas práticas de uma forma que envolve o outro (frequentemente de modo desagradável). Quando falamos de coletivos “com forças comparáveis” como entre diferentes disciplinas científicas, é preciso superar tanto a cortesia artificial, os encontros interdisciplinares chatos e estéreis, quanto a caricatura que torna o outro um espantalho contra o qual posso lançar meus argumentos. É necessário um tipo de questionamento e atenção que considere o modo como o argumento do outro nos envolve e nos convoca (STENGER, 2016),

de forma que a tolerância não seja mais o suficiente (RAMM, BAUM, MARASCHIN, 2017), mas que a ignorância mútua também não seja possível. Uma nova paisagem para esse diálogo é necessária, uma nova *mise-en-scène* que permita que atores tradicionalmente acostumados a pisões e esbarrões aprendam a arte da reunião e um respeito às distâncias. Voltaremos a esse ponto na próxima seção.

Quando nos referimos a coletivos com grande disparidade de poder, como aqueles apontados no princípio do parágrafo anterior, é preciso cultivar uma relação que permita a recalitrância, em que nenhum dos lados, em especial o mais fraco, se satisfaça com qualquer descrição; isto diz de um movimento que busca a elucidação em conjunto e não em ser elucidado, colonizado (MORAES, 2010; TEDESCO, 2015). Nesse caso, é vital que os procedimentos de pesquisa não sirvam para indicar aos sujeitos o que fazer ou o que pensar, mas que constituam um dispositivo que permita, por meio da resistência, o reconhecimento de um erro autoritário, um atalho precipitado, uma preclusão dogmática ou uma incoerência flagrante, vindos daqueles que julgam saber. É preciso que essa recalitrância produza uma restrição (STENGER, 2010) que force aquele que fala a “desacelerar” e a não usar argumentos que envolvam um julgamento pejorativo, insultando aquele que ouve.

De acordo com Stenger (2010), uma restrição não é um limite – não estamos falando aqui que é necessário ser educado ou amável com o outro. Uma restrição é algo que nos força a pensar, a imaginar, a tentar perturbar verdades bem estabelecidas, sem necessariamente destruí-las. A restrição que se impõe aqui é a presença daquele que normalmente tomaríamos como objeto ou informantes de nossas pesquisas em uma posição de objetar à forma como lidamos com aquilo que importa para eles. Essa disposição convoca, do lado do pesquisador, a descrever o mais claramente possível sua filiação, o curso que precisa manter para continuar situado em sua pesquisa e aquilo que esse curso ora força, ora não permite, ignorar.

Ao combinarmos a recalcitrância nas relações e a restrição que nos força a considerar não apenas aquilo que importa para aquele com quem negociamos, mas também o modo como o envolvemos em nossa argumentação, queremos promover a capacidade de cogitar a multiplicidade das práticas (MOL, 2002): o que compele os praticantes e os força a pensar, o que importa para eles e que omissões isso implica. De acordo com Stengers (2016), isso requer um deslocamento – não mais direcionar questões para “eles”, os “outros”, mas para um “nós” mais inclusivo, um “nós” próximo da experiência cotidiana, a quem o devido valor é concedido. Quando não estamos presos a uma teoria, todos somos capazes de lidar com múltiplas fontes semânticas, contextuais e práticas, de acordo com as exigências de cada situação, e não nos perturbamos com a possibilidade de essas situações interessarem pessoas diferentes de modos diferentes. Ao contrário, achamos isso interessante! Torna-se parte de nossas divagações, ativa a imaginação. É com isso que podemos cultivar um conhecimento comum, tornando-nos atentos a dúvidas, paixões e medos daqueles que negociam conosco, mas, sobremaneira, compreendendo que a multiplicidade das práticas e das respostas não deriva do desconhecimento daqueles que se engajam com a pesquisa.

No restante do capítulo, discutiremos alguns elementos que compõem o que descrevemos como políticas cognitivas e como esses elementos nos ajudam a efetuar uma interpelação diplomática nas ciências da cognição. Com a introdução de uma abordagem política da cognição, não recorreremos a procedimentos que nos levem a uma verdade única e atemporal, mas procuramos questionar como as diferentes proposições científicas podem coexistir, sem a necessidade de serem convertidas em um “ponto de vista”. Nosso intuito é refletir sobre o que cada narrativa da cognição nos permite fazer ou pensar. Como cada uma delas pode levar-nos a produzir um coletivo mais interessado e preocupado?

Interesses cognitivos e políticos

Para responder essa pergunta, combinando a proposta de Kastrup, Tedesco e Passos (2008) com os autores dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, propomos uma mudança que se afasta da comparação entre teorias (funcionamento e estrutura da cognição), na direção da comparação das práticas que as produzem. Portanto, não se trata de tomar a noção de política cognitiva como uma teoria, no sentido de um conjunto sistemático de explicações ou uma estrutura lógica e consistente que conecta causas e seus efeitos. Referimo-nos à política cognitiva como uma metodologia – um fazer – que tem por objetivo as práticas que operam sobre a cognição. Também nos apropriamos do termo para descrever o modo como nos afastamos dos projetos pluralistas que estabelecem a priori os papéis que cada disciplina pode desempenhar na produção de uma ciência cognitiva homogênea (BICKLE, 2008; HUNT, 1999; VON ECKARDT, 2001). Com isso, questionamos a coexistência e a multiplicidade de formas e atores que permitem diferentes performances da cognição, não com o objetivo de eliminar controvérsias, mas investindo na possibilidade de novas composições do coletivo, isto é, buscamos operar um deslocamento de uma preposição epistemológica para uma preposição diplomática, nos termos latourianos. Como será mostrado a seguir, foram extraídas ideias de dois conceitos para operacionalizar esta preposição: Questões de Interesse (LATOUR, 2005) e Políticas (STENGERS, 2002).

A mudança de enfoque de explicações e conceitos para as práticas é análoga ao movimento proposto por Latour (2005) de questões de fato para questões de interesse. As primeiras referem-se ao engajamento para construir e validar uma correspondência entre uma afirmação e uma situação, esperando que os “fatos” se convertam para uma versão única para que qualquer discussão possa ser encerrada, semelhantemente à redução teórica discutida acima. As segundas voltam-se para

destacar as controvérsias, a diferenciação e os contrastes, propondo uma discussão das diferenças.

Os fatos estão relacionados ao reconhecimento de objetos com contornos e propriedades bem definidos, determinados por leis de causalidade, verdade, eficiência ou lucratividade, em que os responsáveis pela concepção, definição ou produção, como engenheiros, pesquisadores ou gerentes, se tornam invisíveis. A prática – seja ela científica ou técnica – permanece independente do objeto. Essa clareza dos objetos que compõem os fatos científicos eventualmente enfrenta efeitos inesperados. Esses efeitos são tratados como efeitos externos, descritos como impactos. Eles vêm de um espaço ou conjunto de elementos menos definidos, que são sempre vagamente descritos como “fatores sociais” ou “dimensões políticas”. Os fatos científicos são exteriores ao mundo social do qual fazem parte, onde resultados inesperados – ou até mesmo resultados catastróficos – são experienciados. Entretanto, essas consequências não têm efeito retroativo na definição inicial dos fatos, nos seus contornos ou em sua ontologia. Questões de fato colocam definição e catástrofes em diferentes planos de existência. Se aplicarmos as “regras” descritas por Bickle, uma vez descritos os mecanismos moleculares, o debate está encerrado. Não haverá qualquer impacto sobre a definição do mecanismo caso ocorram novas experiências, sejam elas de pesquisadores – novas medições ou diferentes teorias cognitivas – ou em sujeitos – um trauma, um contato com uma nova tecnologia. Se alguma nova teoria cognitiva for desenvolvida, deve-se levar em conta o que já foi definido no sistema molecular ou será considerada menos científica, até mesmo irrealista em certa medida, já que o espaço da cognição foi colonizado.

Quando nos voltamos para as questões de interesse, os objetos não têm mais uma essência precisa, e não há separação entre um núcleo duro e o que o rodeia. Nas palavras de Latour: “uma questão de interesse é o que acontece com uma questão de fato quando você adiciona a ela toda a sua cenografia, deslocando sua atenção do palco para toda a maquinaria de um teatro.” (2008, p. 39). De acordo

com Latour, devemos considerar a combinação de cada um desses fatos com seus líderes – sempre complicados, controversos, entrelaçados e envolvidos –, com seus laboratórios, oficinas e instrumentos. Nós temos que considerar que os responsáveis também fazem parte das definições e da existência desses objetos de interesse. Sendo assim, os resultados científicos não são precisamente uma questão de impacto, como se as declarações científicas surgissem “do nada”, provenientes de um mundo que não é delas. Esses objetos de interesse, ao contrário de fatos puros, têm numerosas conexões. Como tentáculos, essas conexões ligam os objetos de várias maneiras a outros seres tão imprecisos quanto eles mesmos; conseqüentemente, não abrangem um mundo diferente. Ao invés de simplesmente estarem lá, sempre existentes, as questões de interesse distinguem-se, movem-se em todas as direções, transbordando suas fronteiras, incluindo gradualmente novos elementos. Ao invés de estarem ali, “você gostando ou não”, elas ainda têm que estar ali, mas elas têm que ser desejadas, apreciadas, experienciadas, preparadas e postas à prova. E, o mais importante, não podemos desvincular as definições, esperadas ou não, das conseqüências que podem ser desencadeadas em longo prazo. Consideramos a performance dos objetos a fim de vincular sua ontologia e seus efeitos inesperados. A comparação entre versões permite-nos redefinir as próprias versões incluídas na comparação.

Recorremos às questões de interesse para explicar a maneira como compreendemos a comparação; propomos incluir não apenas os resultados científicos, tais como medidas comportamentais e ativação cerebral, mas também instituições, práticas sociais e performances. Ao contrário de Bickel, que também propõe olhar para as práticas científicas, embora reserve seu pluralismo para uma combinação de efeitos que permitem uma descrição de nível inferior, não restringimos nossa consideração a uma realidade objetiva fora do alcance de nossa ação, mas investimos na ideia de que a melhor maneira de decidir o que fazer é ouvir tantas sugestões e argumentos quanto possível. A partir dessas proposições, queremos considerar a possibilidade de

afirmar que os cientistas, das ciências duras ou não, ainda merecem ser ouvidos quando se trata de como organizamos nosso coletivo, mas sem considerarmos a Ciência como um espaço privilegiado que possibilita que a humanidade entre em contato direto com a realidade. Também não queremos, como sugerido pelas questões de interesse, recorrer à oposição entre fatos concretos e algo mais “suave”, instável e com valores incertos.

Podemos apreciar e utilizar as capacidades de previsão e controle de nosso ambiente, que muitas vezes são fornecidas pelas ciências, mas não precisamos pensar que tais capacidades significam nada além de uma habilidade de cumprir certos interesses que dependem de interações confiáveis ou regulares com nosso meio. Podemos permitir que um conceito ou um modelo regule o funcionamento desse meio ou nossa ação, e ainda pode valer a pena lutar por esse conceito ou modelo, mesmo estando conscientes de que esses modelos não são gerados por nada mais profundo do que circunstâncias históricas contingentes.

Optamos por tomar como ponto de partida questões de interesse ao questionarmos a relação entre prática científica e objetividade. Outra maneira possível de descrever nossa proposição é chamá-la de “atenção política” (STENGERS, 2000), uma vez que não estamos interessados em medir as práticas científicas a partir de um conjunto de categorias transcendentais, nem temos a prerrogativa, como faz Bickle, de decidir quais questões são adequadas para cada ciência. Nossa posição é similar à de um analista político – em oposição à de um epistemólogo –, no sentido de poder contar com poucas teorias e geralmente restringir seu trabalho a comentários sobre estudos especulativos ou históricos, sempre dependentes de motivações e situações historicamente emergentes. O analista político não pode reivindicar para si mesmo um interesse ou habilidade especial para definir o que é político, assim como nós não podemos reivindicar a capacidade de delimitar o que é científico ou cognitivo.

O que um cientista político tenta entender é a própria prática política do coletivo, no sentido de que ela é uma questão de todos,

ou pelo menos deveria ser. Porém, a cada momento, esse cientista político é precedido por práticas explicitamente políticas. Quando colocado em uma situação na qual vários atores lançam questões muito semelhantes, a tarefa do especialista é “seguir” a história ou outros atores que “inventam incessantemente o modo como as referências à legitimidade e à autoridade são *discutidas e decididas*, bem como a *distribuição* de direitos e deveres e a *distinção* entre os que têm o direito de falar e os outros.” (STENGERS, 2000, p. 58, grifos da autora). A partir de uma visão metodológica, é imprudente confundir a Ciência com a Política, práticas que não são inteiramente intercambiáveis. Ainda assim, estão associadas a um problema comum: como reconhecer um representante legítimo? Por quais traços reconhecemos aqueles que querem falar por mais de um ou a teoria que quer representar os fatos?

É a partir dessas questões que queremos discutir diferentes políticas cognitivas. A dimensão política resiste a qualquer definição objetiva porque está correlacionada com a criação de definições. O fato de estarmos interessados em como o problema da representação é declarado e arranjado não nos confere o poder de julgar, mas nos possibilita rastrear como cada ciência constrói soluções mediante uma composição singular entre os atores envolvidos.

Os conceitos de política e questões de interesse compartilham a importância de trazer à luz os processos de negociação e composição necessários para qualquer possibilidade de (co)existência. Não podemos mais confiar na certeza dos fatos puros, nos quais ocorre uma clara separação entre sujeito e objeto. Precisamos viver com a incerteza das relações cujas consequências (algumas inesperadas) ameaçam constantemente a ordem e os nossos planos de ação. Desse modo, os resultados finais, quando isolados, raramente revelam como a conformidade sobre uma ação foi possível. É seguindo o “devido processo” (LATOIR, 2004) que pretendemos abster-nos da distinção entre fatos e valores e considerar como as proposições disponíveis podem conduzir-nos consistentemente a uma ação conjunta particular.

Política, ecologia e diplomacia nos estudos da cognição

Se considerarmos a proposição de Mol (2002, 2007) de que a ontologia ou a essência não se refere a uma ordem a priori de qualidade ou de coisas, ou ainda, que a ontologia de um objeto é um efeito das associações entre entidades heterogêneas, práticas diversas, como aquelas de um laboratório neurocientífico, de uma clínica psicológica ou de um curso de línguas, aproximam entidades e, por meio dessas associações, diferentes versões da cognição passam a existir. Esse argumento contrapõe-se diretamente à ideia comum de que a cognição é um ator “natural”, subjacente, que permite diferentes perspectivas, as quais alguém poderia descrever como entram em conflito. A multiplicidade é, assim, uma condição ontológica, ao contrário do conceito de construção, que sugere que, uma vez que algo se torne estável e fixo, a atuação faz alusão à potencial fragilidade das associações. Em um teste de reconhecimento de palavras guiado por um eletroencefalograma (EEG), é possível verificar a ativação cerebral em 40msec após a apresentação das palavras, resultado que significa muito pouco para um estudante tentando responder um teste de línguas no exame final da escola. O que o conceito de performance enfatiza é que a ontologia não é fixa, mas é muitas vezes transitória e fluida: os atores reúnem-se, desmontam e constituem novos agenciamentos.

A cada agenciamento, uma (re)formulação é necessária a fim de (re)negociar o papel que cada ator desempenha na performance, e é nesse sentido que podemos dizer que há uma dimensão política constitutiva do trabalho científico, sem reduzi-la a jogos de poder. Isso não opõe as verdades construídas pela ciência a uma verdade de poder superior, nem mesmo sob a forma de uma negação a priori na qual todas as verdades não passariam de “uma crença como qualquer outra”. As soluções produzidas a cada negociação podem ser muito diversas, mas sempre vão referir-se a como definir ou distribuir direitos e prescrever diferentes deveres (STENGER, 2000). Uma abordagem política permite-nos criar um espaço de discussão em que o problema

da ontologia pode ser rastreado e monitorado. Mesmo que um problema seja solucionado, ele não deixa de existir como aquilo que estabeleceu a gênese dessas soluções, como um horizonte daquilo que surge e acontece, estabelecendo seu significado (DELEUZE, 2000) O ato de comparação deve ser compreendido como o interposto diplomático de Latour, em que é necessário negociar e distribuir o papel de cada atuação da cognição. Essa negociação não precisa seguir o imperativo da objetividade, portanto, cada vez que compararmos diferentes performances, o objetivo que for estabelecido desempenhará um papel importante. É nesse ponto que se torna importante, como discutimos anteriormente, tornar clara a forma como nos engajamos em uma negociação.

Esse ponto torna-se mais claro quando o comparamos com o tipo de pluralismo proposto por Bickle. Sua redução propõe uma uniformidade, uma referência comum a todas as disciplinas cognitivas. Ele submete essas ciências à busca do nível mais baixo de funcionalidade, neste caso, o nível molecular – pelo menos até a biofísica assumir o comando. Essa operação impõe um problema padrão (e, portanto, uma solução padrão) para as ciências cognitivas: o que é cognição no nível molecular? A questão leva a crer que nada realmente existe fora desse nível; pressupõe e impõe o silêncio entre os envolvidos, tornando impossível que qualquer um conteste ou exija atenção. Um poder silenciador que afeta todos os atores envolvidos, exceto as moléculas e aqueles que podem falar em seu nome. Todas as relações estabelecidas são medidas pela possibilidade de ativar o nível molecular, e nenhum outro problema (e, portanto, nenhuma outra solução) é capaz de reivindicar o valor de realidade.

Quando nos movemos do campo das explicações para o campo das práticas, não somos capazes de comparar as ciências a partir da definição de submissão. Cada prática define-se pela sua “forma específica de prestar a devida atenção; isto é, de produzir coisas e situações importantes.” (STENGERS, 2011, p.59). Cada um produz seu próprio mundo e performa sua própria realidade.

Assim, explicações divergentes poderiam ser desconsideradas pela imposição de uma equivalência, preservando-se apenas as disciplinas, na medida em que elas colaboram com uma solução já estabelecida. Mas como discutimos a coexistência de práticas que resistem a esse tipo de submissão? Nosso objetivo é justamente buscar a possibilidade de vivermos juntos com proposições distintas, considerando exigências e obrigações díspares dessas práticas. Recorremos à política cognitiva como uma maneira de considerar a singularidade de cada atuação da cognição e ainda permitir que compartilhem algo. Em outras palavras, queremos considerar uma relação de heterogeneidade, ou seja, relações com protagonismos heterogêneos, sem predeterminar uma hierarquia entre as versões envolvidas ou prever uma pergunta ou uma solução adequada antecipadamente. A multiplicidade que propomos para as ciências cognitivas, considerando que cada disciplina promove a cognição de acordo com seus próprios problemas e necessidades, assemelha-se ao que Stengers (2000, 2011) descreve como uma ecologia de práticas. Em termos gerais, o elemento central para a ecologia como metáfora é que os naturalistas não podem definir o que é importante para cada um dos atores envolvidos. Eles têm que considerar especificamente como os comportamentos, os hábitos, as necessidades e as principais preocupações se afirmam positivamente. As ecologias/políticas, como questões de interesse, não pretendem dissociar as práticas científicas da maneira como cada uma delas define o seu meio, incluindo outras práticas.

À medida que nos esforçamos para uma heterogeneidade relacional, devemos considerar a «redução implacável» como uma configuração possível de relação. Como mencionamos anteriormente, Bickel sugere que uma objetividade materialista deve ser aplicada a todas as ciências interessadas na cognição. A cognição molecular e celular submete outras disciplinas aos seus interesses próprios. Essa situação poderia ser tratada como uma relação predador / presa (STENGER, 2011). Como o CMC tem conexões mais fortes com o materialismo, definirá

outros como potenciais presas, ameaçando a existência daqueles que não possuem a objetividade como uma meta.

O uso da palavra *ecologia* como metáfora também nos ajuda a distanciarmo-nos do ideal de harmonia, boa vontade e paz que outros termos podem sugerir. Não há uma posição neutra a partir da qual poderíamos ter acesso a direitos e deveres, nem existe uma hierarquia transcendente a partir da qual cada entidade teria seu papel designado como parte de um todo harmonioso. A cada vez que atribuímos um padrão para comparação – como a objetividade mencionada no parágrafo anterior –, ameaçamos extinguir o que determina e o que importa para cada prática, o que faz seus praticantes agirem, pensarem e/ou resistirem. Nas palavras de Stengers: “quaisquer que sejam as pretensões de racionalidade ou (boa) governança, as operações comparativas que consentem são descritas como uma catástrofe ecológica.” (2011, p.60).

Com isso, o que esperamos é poder explorar a diferença entre disciplinas e as diferentes “encenações” da cognição, as formas como cada uma das ciências “põe em cena” a cognição por meio de seus métodos de pesquisa. Não se trata de aumentar o volume das escolhas entre as possíveis teorias, em que cada uma seria mais apropriada, de acordo com a situação. Trata-se de poder colocar uma questão que não versa nem sobre a verdade (ou falsidade), nem sobre a adequação de uma teoria. Ao partir da imagem do interposto diplomático proposto por Latour, a questão que nos colocamos é: o que nós podemos fazer? Quando nos perguntamos pela ação, não podemos facilmente resolver o questionamento com um conjunto de fatos ou com a adequação dos argumentos. “O que fazer?” é uma pergunta que gera uma constante tensão e cuja resposta só pode ser estabelecida a cada caso. O que podemos, psicólogos e neurocientistas, em conjunto, constituindo problemas locais? O que fazemos quando recebemos de outros distintas proposições? Essas perguntas só podem ser colocadas assim que a disputa pela tocha da verdade seja posta de lado. “O que fazer?”, dessa forma, torna-se uma questão ética, e o objetivo

deste capítulo não é encontrar uma resposta, mas sugerir que essa é a pergunta que deve sempre ser recolocada.

A questão que se põe a partir dessa proposta ética é, então: como mantemos um repertório intelectual diverso? Como evitar, como no modo de encontro epistemológico, colapsar todas as práticas envolvendo a cognição em um campo biológico ou, tal como na proposta de Bickle, tornar toda relação entre práticas uma redução à menor escala molecular possível?

É nesse sentido que lançamos mão da figura do diplomata (BAUM *et al.*, 2014) como uma posição ética que agrega diversas das características que deslocam o interesse para como relacionar distintos repertórios e conjugar diferentes interesses sobre um mesmo problema. O trabalho do diplomata não é procurar a verdade sobre um problema, mas traduzir as perguntas e respostas que lhe são dadas, buscando manter na tradução a singularidade do conhecimento do outro enquanto o torna compartilhável com aqueles que não falam a mesma língua. Essa tradução não ocorre por uma passagem de um vocabulário a outro por correspondência direta de palavras, mas, tal como nos interpostos diplomáticos, indica o estabelecimento de um vínculo que modifica todos os envolvidos. Essa tradução, portanto, ultrapassa a passagem de uma linguagem para a outra e efetiva-se como a criação de uma nova versão daquilo que precisa ser narrado.

Ao discutir a relação intercientífica, a diplomacia parece uma operação que permite negociar a criação de um mundo passível de ser compartilhado, inventando novos modos de relacionamento entre as disciplinas envolvidas, novos modos de questioná-las e de conhecê-las. Cada tradução é encarada como um problema a ser construído, e não como uma solução que encerra a discussão. A tradução do diplomata carrega a necessidade de que a nova versão do problema proposto permita que todos os atores envolvidos se reconheçam e produzam com esse reconhecimento. A partir dessa postura, a relação entre psicologia e neurociência deveria permitir que novas questões

fossem feitas nos dois campos de pesquisa, reconfigurando a possibilidade de ação de ambas.

Essa posição contrasta drasticamente com aquela de Carnot, o general-cientista capaz de derrotar seus oponentes na matemática e no campo de batalha (BAUM, 2017). Esse modo de fazer pesquisa não se impõe pela submissão de outras ontologias a uma maior e mais verdadeira, mas busca evidenciar as práticas que procuram interessar aos interlocutores, em um movimento que promove a multiplicidade. E é sob essas condições que os papéis (muitas vezes provisórios) podem ser atribuídos aos atores, de modo que eles possam “permutar competências, oferecendo um ao outro, novas possibilidades, novos objetivos, novas funções.” (DESPRET, 2004, p. 210).

Considerações finais

Reconhecemos no termo *política* uma referência à participação ativa em uma comunidade heterogênea, o estabelecimento de coexistência ou associações entre diferentes elementos e a formação do(s) contexto(s) em que tais associações podem ocorrer. Ou seja, chamamos de política a própria discussão de como podemos agir em conjunto. Sob que regulamentos podemos viver? É como esse ou aquele status modula nossa existência? É nossa própria compreensão da “política cognitiva” como a ação de questionar a relação entre múltiplas práticas que coloca em operação a cognição, que nos permite refletir sobre os efeitos produzidos e o coletivo convocado por essas práticas, bem como sob que termos discutimos.

A comparação constrói contrastes que ajudam o pesquisador a estabelecer novas conexões e relações entre diferentes práticas. Essas associações, no entanto, têm sempre um caráter experimental, pois estão constantemente sujeitas a possíveis resistências do campo e de seus atores. Dessa maneira, consideramos os contrastes como nós, enlaces que facultam monitorar os processos heterogêneos em diferentes formas de produzir cognição. O papel do pesquisador passa

a ser, então, o de operar com os contrastes, a fim de extrair material analisável, indicando os efeitos produzidos por eles e sendo assim capaz de inventar/produzir novas relações entre os atores ou entre versões.

Ao propor uma abordagem política da cognição, Kastrup (1999) questionava as práticas pedagógicas e o aprendizado, colocando a invenção como campo programático e questionando quais foram as propostas oferecidas pelos seus “candidatos”. Como articular o coletivo de maneira inventiva (KASTRUP *et al.*, 2008)? Ao tratarmos da cognição, questões como as do ensino e da aprendizagem, contudo, não exaurem os campos de ação em que a cognição é modulada. Nossa proposta é ampliar a reflexão sobre políticas cognitivas para outras práticas – metodologias de pesquisa, práticas de meditação ou de trabalho, por exemplo –, podendo considerá-las a partir de outros eixos problemáticos. Com isso, precisamos questionar qual deve ser o ponto de partida para a elaboração dos termos de um acordo de coabitação. A coexistência não indica necessariamente um consenso ou pacificação (muito menos a aniquilação ou a colonização), mas a possibilidade de agir em conjunto.

O que propomos é pensar uma ética da relação entre ciências em que o sucesso de uma não implica a desqualificação, ruína ou derrota da outra; em que podemos celebrar os avanços da neurociência, sem que isso obscureça outras ciências. Não interessa produzir relações de causalidade entre psicologia e neurociência, mas sim um modo de encontro no qual ambas sejam fonte de incertezas provocativas uma para a outra, oportunizando a criação de novos interesses. Não se trata de sobrepor ou superar outros conhecimentos, mas de possibilitar a diferenciação e diversidade de possibilidades, assim ampliando a viabilidade de interfaces.

Referências

- BAUM, C. Stabilizing cognition: An STS approach to the Sloan Foundation Report. *Theory & Psychology*, Cardiff, País de Gales, v. 26, n. 6, p. 773-787, 2016.
- BAUM, C. *Políticas cognitivas: negociação e performance entre psicologia e neurociências*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- BAUM, C. *et al.* A invenção do método: diplomacia como ética de pesquisa. *Revista Polis e Psique*, v. 4, n. 2, p. 155-172, 2014.
- BICKLE, J. Real reduction in real neuroscience: Metascience, not philosophy of science (and certainly not metaphysics!). In: HOHWY, J.; KALLESTRUP, J (Eds.) *Being reduced: New essays on reduction, explanation, and causation*, Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 34-51.
- BICKLE, J. A Brief History of Neuroscience's Actual Influences on Mind-Brain Reductionism. In: GOZZANO, S; HILL, C. (Eds.). *New Perspectives on Type Identity Theory*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 88-109.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva. 2000.
- DESPRET, V. *Our emotional makeup: Ethnopsychology and selfhood*. New York: Other Press, LLC, 2004.
- FAUCHER, L. Unity of science and pluralism: Cognitive neurosciences of racial prejudice as a case study. In: POMBO *et al* (Eds.). *Special sciences and the unity of science*, London / New York: Springer Netherlands, 2012, p. 177-204.
- GAVILLON, P.; BAUM, C.; MARASCHIN, C. Dos modelos às políticas: O papel da representação nas Ciências Cognitivas. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 22, n. 2, p. 145-151, 2017.
- KASTRUP, V. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas: Papirus, 1999.
- KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. *Políticas da Cognição*. Porto Alegre: Sulina. 2008.
- HUNT, E. What is a theory of thought? In: STERNBERG, R. J. (ed.), *The nature of cognition*, Cambridge, MA: MIT Press, 1999, pp. 3-50.

- LATOUR, B. *Reassembling the social*. Hampshire: Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, B. *What is the style of matters of concern?: Two lectures in empirical Philosophy*. Assen: Koninklijke Van Gorcum, 2008.
- LATOUR, B.; LECLERCQ, C. *Reset Modernity!*. Karlsruhe, Germany: ZKM, Center for Art and Media, 2016.
- LATOUR, B. *Facing Gaia*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- MOL, A. *The body multiple: Ontology in medical practice*. Durham, USA: Duke University Press, 2002.
- MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M; KASTRUP, V. (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*, Rio de Janeiro: Nau, 2010, p. 26-51.
- NAGEL, E. *The structure of science*. New York: Hartcourt, Brace and World, 1961.
- RAMM, L. ; BAUM, C. ; MARASCHIN, C. Versões da diversidade - Políticas cognitivas e modos de subjetivação. In: DEMOLY, K.; FONTANELLE, M.; CHAGAS, M. (org.). *Redes de cuidado e aprendizagem na saúde mental e na educação*. Ijuí: Unijuí, v. 1, p. 39-53, 2017.
- STENGERS, I. *The invention of modern science (Vol. 19)*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2000.
- STENGERS, I. (2010). *Cosmopolitics (Vol. 1)*, Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2010.
- STENGERS, I. Comparison as a matter of concern. *Common Knowledge*, Durham, USA, v.17, n.1, p. 48-63, 2011.
- STENGERS, I. Don't sock the common sensepp!.. In: LATOUR, B.; LECLERCQ, C. (ed.). *Reset Modernity!*, Karlsruhe, Germany: ZKM, Center for Art and Media, 2016, 420-423.
- TEDESCO, S. A Ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações. *Revista Polis e Psique*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 32-47, 2015.